

Aprovada emenda que proíbe a reeleição subsequente

Da Sucursal de Brasília

A Comissão de Sistematização aprovou ontem, por 65 votos a quinze, emenda proibindo a recandidatura de prefeitos, governadores e do presidente da República para um segundo mandato subsequente ao primeiro.



A comissão também aprovou, por 47 votos a 34, proposta estabelecendo a inelegibilidade de cônjuge ou parentes até o segundo grau, por consanguinidade, afinidade ou adoção, de titulares (prefeitos, governadores e presidente da República) que tenham exercido mais da metade do mandato, ressalvados os que já exercem mandato eletivo.

Com isto, a filha do presidente José Sarney, Roseana, não poderá, por exemplo, candidatar-se a uma cadeira na Câmara dos Deputados nas próximas eleições. Mas o deputado Sarney Filho (PFL-MA), seu irmão, poderá disputar o governo do Maranhão, beneficiado pelo fato de exercer atualmente um mandato eletivo.

Depois de muita discussão, a comissão manteve o texto do deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da nova Constituição, acrescentando apenas que a candidatura de parentes fica proibida para a "mesma jurisdição" do titular. Assim, quem morar, por exemplo, no Rio Grande do Sul, mesmo sendo irmão de um prefeito do Rio Grande do Norte, poderá candidatar-se. Apenas quatro constituintes votaram a favor da supressão da inelegibilidade: Gastone Righi (PTB-SP), Francisco Rossi (PTB-SP), Artur da Távola (PMDB-RJ) e Ademir de Andrade (PMDB-PA).

Dizendo que o texto do parágrafo não do 13º artigo era uma "verdadeira aberração", Gastone Righi pediu a supressão total do texto, recebendo o apoio do deputado Francisco Rossi. "Estaremos promovendo

Relator afirma que vai processar a Folha

Da Sucursal de Brasília

O deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da nova Constituição, disse ontem, às 14h45, na abertura da sessão da Comissão de Sistematização, que vai entrar com um processo judicial contra a Folha. "Ontem [na edição de domingo], a Folha deu publicidade para matéria ofensiva a minha pessoa e recheada de inverdades. Entrarei com medidas judiciais pertinentes", disse Cabral, sendo aplaudido pelos presentes à sessão.

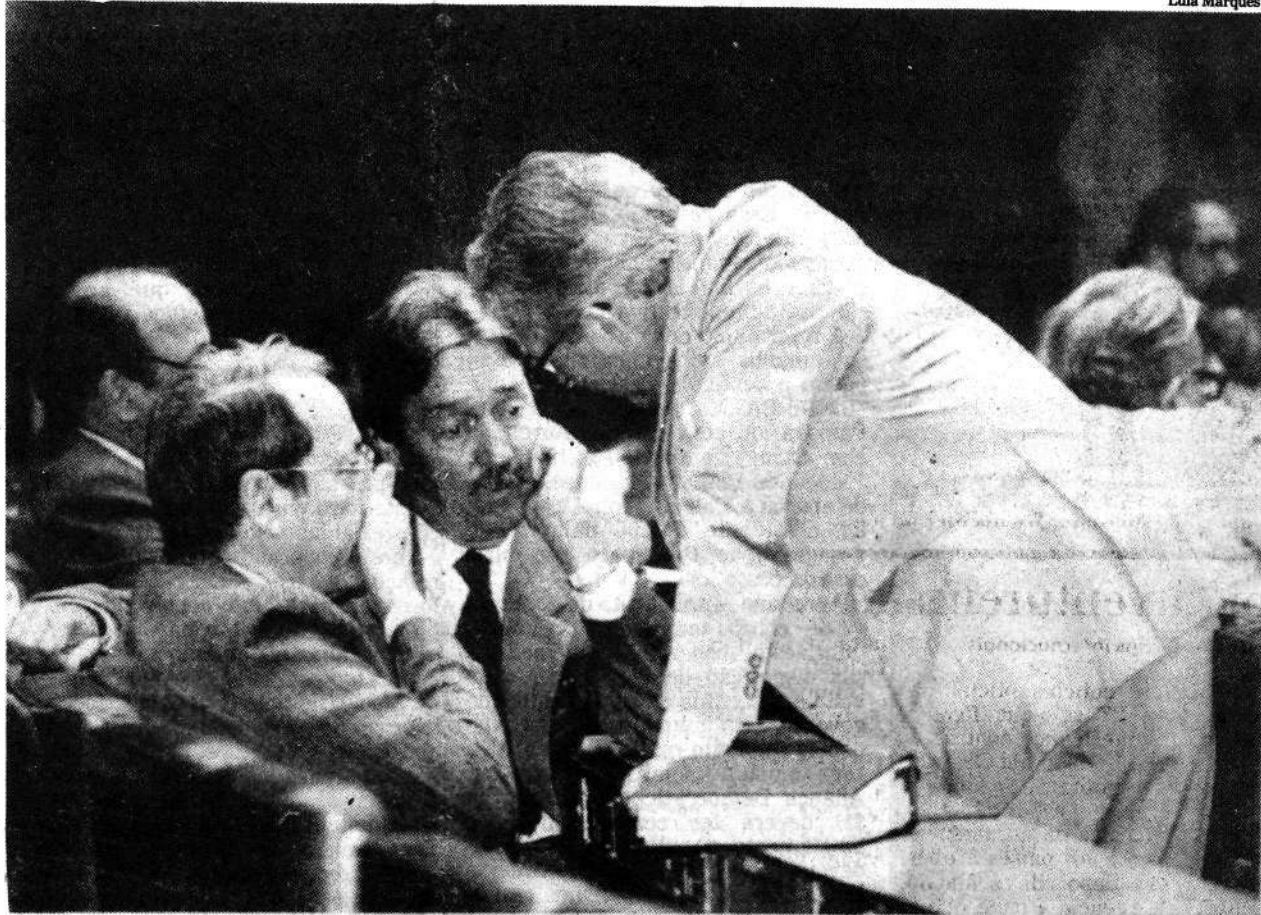
Procurado pela reportagem, Cabral não quis especificar suas queixas, nem fazer qualquer outro comentário sobre a reportagem publicada. Disse que está estudando a "melhor" forma de recorrer judicialmente contra o jornal.

a maior cassação feita nesse país", afirmou Rossi. Ele calcula que cada um dos cerca de cinco mil prefeitos do país cercarão o direito à candidatura a oito ou dez pessoas.

Militares

Pelo texto aprovado ontem pela comissão, os militares com mais de dez anos de serviço ativo poderão candidatar-se. Se eleitos, passam automaticamente para a inatividade. Os militares com menos de dez anos de serviço só são elegíveis caso se afastem da atividade.

Por 45 votos a 29, a comissão rejeitou uma emenda, que foi defendida pelo senador José Richa (PMDB-PR), que permitiria a candidatura de todos os militares alistáveis. Se aprovada a proposta, não haveria distinção entre os militares. Todos poderiam candidatar-se. A "esquerda" da comissão ficou dividida, e os "moderados" rejeitaram a emenda.



Os deputados baianos Carlos Sant'Anna e Prisco Vianna (PMDB), e José Lourenço (PFL) discutem na Comissão

Votação com painel eletrônico ainda é lenta

Da Sucursal de Brasília

Mesmo com a visível dificuldade de muitos constituintes, todas as votações da Comissão de Sistematização, na tarde de ontem, foram feitas através do sistema eletrônico. Se antes cada votação, com a chamada nominal dos parlamentares, consumia cerca de vinte minutos, agora abreviou-se o processo para menos de quinze. Apesar disso, as sessões continuam emperradas em virtude da lentidão das discussões.

Na primeira votação, dos 76 parlamentares presentes apenas 46 votaram através do sistema eletrônico. A dificuldade dos titulares some-se o grande número de suplentes presentes e convocados para votar. Apenas os titulares votam através do sistema eletrônico. Depois de todos votarem, o secretário da mesa passa a chamar os suplentes. Dos 49 titulares do PMDB, dezotto estavam ausentes na primeira votação, contribuindo para a lentidão da chamada.

Mesmo sendo o segundo dia de uso do painel eletrônico, muitos constituintes ainda têm dificuldades em operar o sistema. Em todas as votações, o presidente da mesa ensinava como manejar os botões. O deputado Luis Inácio Lula da Silva (PT-SP) ora acertava ora errava seu voto e tinha de pedir retificação. O deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), por ter esquecido seu código secreto, não podia votar eletronicamente, tendo de manifestar verbalmente sua escolha.

Líderes partidários tentam um novo acordo para acelerar as votações

Da Sucursal de Brasília

Os líderes do Congresso constituinte formularam ontem mais uma tentativa para acelerar o ritmo de votações da Comissão de Sistematização. A partir da votação do Título III da nova Constituição (prevista para amanhã), os partidos tentarão reduzir os mais de sete mil pedidos de destaque para cerca de quinhentos, além de limitar o número de oradores.

Pela proposta formulada, cada partido terá uma cota de pedidos de destaque. Os dois maiores partidos do Congresso constituinte ficarão com as maiores fatias: o PMDB terá 210 e o PFL, 98. Para os pequenos partidos, a distribuição não seguiu o

critério de proporção de bancadas. O PT, com dezesseis deputados, terá direito a 21 destaques. O PMB, com apenas um representante no Congresso constituinte, poderá apresentar sete pedidos. O total será de 504 destaques.

O deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), líder do governo na Câmara, que não participou da reunião dos líderes, disse ter ficado "impressionado e surpreendido" com a decisão da redução dos destaques. "Essas questões estão ao arripio do regimento interno da comissão", afirmou. Seu descontentamento foi compartilhado pelo líder do PDT, deputado Brandão Monteiro (RJ). Mesmo se insurgindo contra o

acordo, Sant'Anna disse ser favorável a uma alteração do regimento interno. "O que está transformando isso aqui numa camisa-de-força é o regimento", disse. Para Brandão Monteiro, Sant'Anna tenta, com isso, "abrir caminho para a apresentação de substitutivos integrais ao texto".

Até o início da votação do Título III, os líderes vão tentar contornar as insatisfações e acelerar o trabalho. "Se não for cumprido o prazo da comissão (que se encerra no próximo dia 28), analisaremos formas alternativas junto à Mesa do Congresso constituinte", disse o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), ao relatar as decisões dos líderes.

A NOVELA DA VOTAÇÃO

Início da discussão do substitutivo na Comissão de Sistematização.	24/set.
Até onde o texto foi aprovado (inciso IV, parágrafo 3º do artigo 13, ou seja, 137 dispositivos).	17/out.
Data marcada pelo presidente do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães, para o término da discussão do substitutivo na Sistematização.	28/out.
Data projetada para o término da discussão se mantido o atual ritmo de aprovação; o último dispositivo (1º, parágrafo 3º do artigo 72º das Disposições Transitórias, é o 1.641º do texto).	25/jun./88

O que foi aprovado
 O que falta aprovar

(*) Para evitar distorções maiores na projeção, ao invés do número de artigos foi contabilizado o de dispositivos, ou seja, artigos, parágrafos, incisos e alíneas. A projeção foi feita com base nos dias corridos desde o início da votação até sábado, dia em que o último dispositivo foi aprovado. Com base nesse cálculo, a discussão e votação do substitutivo apenas na Comissão de Sistematização consumiria 275 dias corridos.



Reunião de lideranças em que foi debatida a agilização dos trabalhos da Sistematização do Congresso constituinte

Constituintes buscam rejeição de estabilidade em plenário

Da Sucursal de Brasília

Os setores de "centro" e "direita" estão se rearticulando para derrubar o princípio da estabilidade no emprego aprovado pela Comissão de Sistematização. Isto aconteceria quando o substitutivo do deputado Bernardo Cabral fosse apreciado pelo plenário do Congresso constituinte. Segundo os cálculos do deputado Expedito Machado (PMDB-CE), o PMDB conta com duzentos votos para rejeitar o texto aprovado. O líder do PFL na Câmara, José Lourenço (BA), prevê que seu partido contribua com 130 votos neste sentido. A soma dos números ultrapassaria, assim, os 280 votos necessários em plenário para rejeitar e aprovar qualquer proposta.

Segundo o senador Albano Franco (PMDB-SE), presidente da Confederação Nacional da Indústria, o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, comprometeu-se a "colaborar", já que, segundo alguns juristas, o que foi aprovado permite interpretar que a garantia da estabilidade no emprego é total.

"Irresponsabilidade" "Se Ulysses Guimarães tiver assumido compromisso para derrubar o que foi aprovado até agora, estará agindo com irresponsabilidade", afirmou o presidente nacional do PT, Luis Inácio Lula da Silva (SP). Ele admitiu estar preocupado com esta mobilização. Disse que o movimento sindical precisa "pressionar a Constituinte, a partir de agora, para não permitir o retrocesso".



O senador Albano Franco (PMDB-SE)

Mesmo preocupada, a "esquerda" não está se articulando no Congresso. Isto pode criar condições opostas às que permitiriam a associação do "centro" e da "esquerda" para manter o segundo substitutivo. O PFL contribuiu significativamente nesta primeira associação. Agora, entretanto, fala em incluir no texto a indenização progressiva que já foi derrubada na comissão (por 64 votos a 29), através da emenda dos empresários gaúchos. Segundo Jair Menequelli, presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), "ela (a indenização) acaba com o princípio da estabilidade".

Coronel diz que existiram outras bombas no Riocentro

Da Sucursal do Rio

Depois de um silêncio de seis anos, o coronel Ile Marley Pereira Nunes, comandante do 18º Batalhão de Polícia Militar na época do caso Riocentro, deu um depoimento à Ordem dos Advogados do Brasil, em setembro. Segundo ele, duas bombas, além das que explodiram no colo do sargento Guilherme Rosário e na estação de luz, foram armadas e depois desativadas por agentes do Doi-Codi, durante o show pelo Dia dos Trabalhadores, no Riocentro, em Jacarepaguá (zona oeste do Rio) em 30 de abril de 1981. O coronel Marley não fala à imprensa para não transgredir o regulamento da PM, e o teor do depoimento foi transmitido pelo seu advogado, José Carlos Tortiman.

O coronel Ile Marley Pereira Nunes afirmou no depoimento que ao chegar ao local, depois da explosão no Pumã, encontrou três rapazes. Eles foram identificados na hora como

oficiais do Doi-Codi—dois maiores e um capitão do Exército—que comentaram que os colegas "havam feito besteira" e que ainda haviam duas outras bombas. Segundo o coronel, elas foram desativadas a seu pedido.

O coronel Marley não foi convidado a depor no Inquérito Policial Militar instaurado na ocasião, apesar de poder testemunhar, por exemplo, que o sargento Guilherme teve sua genitália destruída, ao contrário do que se dizia na época, e que poderia provar que a bomba estava no seu colo. Na noite da explosão, o coronel teve ordem de entregar os três oficiais ao DOPS e eles foram posteriormente liberados pelo detetive Gilberto Lessa, pois só estaria tentando entrar no show. No seu depoimento, Marley não cita o nome dos oficiais, mas seu advogado, José Carlos Tortiman, disse que eles constam do livro "A Sombra da Impunidade", escrito pelo coronel Dickson Graef, em 1985.

Igreja é contra instalação de centro de enriquecimento de urânio em Aramar

Da correspondente em Sorocaba

A Diocese de Sorocaba (90 km a oeste de São Paulo), que congrega vinte cidades da região, deverá se posicionar oficialmente contra o Centro Experimental de Aramar, do Ministério da Marinha, no município de Iperó, para o enriquecimento de urânio.

Dentro de quinze dias, segundo o bispo d. José Lambert Filho, 58, será divulgado um documento onde a Igreja condena o investimento anual de Cz\$ 1,8 bilhão em Aramar, pede informações oficiais e detalhadas sobre o projeto e afirma que existem riscos a pelo menos um milhão de pessoas da região.

Enquanto a Sistematização debate, agilização fracassa

WAGNER CARELLI

Enviado especial de Brasília

A frase "entre sem bater" colocada como aviso à porta da sala da Comissão de Sistematização do Congresso constituinte ganhou na manhã de ontem o cunho de apelo à não-violência. Tomou-se ainda a medida cautelar de manter a porta fechada. Atrás dela se reuniam lideranças partidárias para tomar decisões que aplaquem a impaciência popular com a morosidade dos trabalhos da Comissão, de prazo final estabelecido para o dia 28 —prazo que no fim-de-semana não seguiu nenhuma aposta nas festas brasileiras em que se decidem os destinos do país. Foi um esforço extraordinário e piedoso das lideranças em favor da população, como o demonstram os rejeitos, para usar um jargão em moda no contaminado Planalto Central, deixados na sala da Comissão depois de encerrada a reunião. Sobre uma das mesas restavam uma garrafa térmica já sem café, uma cuja de chimarrão igualmente seca —aparentemente a mesma que desde a instalação da Constituinte tem passado pelas 86 bocas dos parlamentares paranaenses, catarinenses e gaúchos— e um poema apócrifo. Diziam os versos: "A criança/ De fome/ Nem chora para morrer/ Hipocrisia tem hora!/ Maria bem sabe disso/ Em reza ela pede/ Pede não! Suplica!/ Que a salvemos". É inegável que o poema é revelador da comiseção que pontou a reunião.

As lideranças decidiram por tentar reduzir os 7.500 destaques às emendas do projeto de Constituição ao número só relativamente mais razoável de 506. "Tentar" é o termo, já que não se impede um deputado de defender seu destaque, segundo o defasado regimento constitucional —pode-se apenas rezar para que ele tenha o bom-senso de retirá-lo. Foi

O que foi aprovado ontem

Capítulo IV
Dos Direitos Políticos

Art. 13

§ 4º — São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.

§ 5º — São inelegíveis para os mesmos cargos no período subsequente o presidente da República, os governadores dos Estados e do Distrito Federal, os prefeitos e quem houver sucedido durante o mandato ou substituído nos seis meses anteriores a eleição.

§ 6º — Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos seis meses antes do pleito.

§ 7º — Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a normalidade e legitimidade das eleições, contra a influência do poder econômico ou abuso do exercício da função, cargo ou emprego público na administração direta ou indireta, fixando ainda sanções criminais adequadas ao desencorajamento das fraudes nos pleitos.

§ 8º — São elegíveis os militares alistáveis com mais de dez anos de serviço ativo, os quais serão agregados, a partir da filiação partidária, pela autoridade superior; se eleitos passarão automaticamente para a inatividade quando diplomados. Os de menos de dez anos de serviço ativo só são elegíveis caso se afastem espontaneamente da atividade.

§ 9º — São inelegíveis no território da jurisdição do titular para qualquer cargo o cônjuge ou os parentes até o segundo grau, por consanguinidade, afinidade ou adoção, do Presidente da República, do Governador e do Prefeito, que tenham exercido mais da metade do mandato, ressalvados os que já exercem mandato eletivo.

§ 10º — O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias após a diplomação, instruída a ação com provas conclusivas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude e transgressões eleitorais.

§ 11º — (suprimido).

Art. 14 — É vedada a cassação de direitos políticos, e a perda deste dar-se-á:

I — pelo cancelamento da naturalização por sentença judicial transitada em julgado;

II — pela incapacidade civil absoluta;

III — por motivo de condenação penal, enquanto durarem seus efeitos;

§ 10º — Nenhuma norma referente ao processo eleitoral poderá ser aplicada em qualquer eleição, sem que a lei que a instituiu tenha, pelo menos, um ano de vigência.

QUANTOS FORAM AO PLENÁRIO ONTEM

PRESENTES	AUSENTES
Congresso constituinte	não houve sessão
PRESENTES	AUSENTES
Senado	não foi apurado
PRESENTES	AUSENTES
Câmara dos Deputados	não foi apurado
PRESENTES	AUSENTES
8 Assembleia Legislativa	76
PRESENTES	AUSENTES
Câmara Municipal	não há sessão às segundas-feiras

Sem-terra - A Justiça de Nova Prata (186 km a noroeste de Porto Alegre-RS) concedeu ontem liminar de reintegração de posse ao Estado da estação experimental que, há uma semana, foi invadida por 27 famílias de sem-terra.

Agendas Executiva

Presidente	17h
9h	Reunião sobre assuntos de Agricultura
9h30	Ministro-chefe do SNI
10h	Ministro-chefe do Gabinete Militar
10h30	Ministro-chefe do Gabinete Civil
11h30	Ministro do Planejamento
11h45	Senador Humberto Lucena
Bancada federal de MS	13h
13h	Ministro do Exército
17h	Abertura do 7º Encontro do Centro-Oeste
Governador	
8h	Deputados estaduais
13h	Almoço com Abram Szajman
16h	Secretário Especial de Coordenação de Programas
17h	Assessor-chefe jurídico
17h30	Assessor-chefe técnico-legislativo